


A CEAGESP do extremo Oeste do estado de São Paulo como agente integrante do circuito espacial produtivo hortifrutícola

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.023-027>

Larissa Oliveira Dionisio

Doutoranda do Curso de Geografia na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente – SP. Bolsista CAPES
E-mail: larissa.dionisio@unesp.br

Antonio Nivaldo Hespanhol

Doutor pelo Curso de Geografia na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente – SP. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente – SP.
E-mail: nivaldo.hespanhol@unesp.br

RESUMO

A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) foi criada em 1969, atualmente possui a maior rede pública de armazéns do Estado de São Paulo e um complexo de 13 unidades atacadistas, sendo uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O objetivo do trabalho é analisar a três unidades da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), sendo elas: a de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto e seu circuito espacial de produção hortifrutícola. As análises foram empreendidas tendo como base à noção de circuitos espaciais de produção, desenvolvida por Milton Santos no ano de 1986. Para a consecução dos objetivos da investigação foram efetuadas pesquisas documentais e bibliográficas sobre objetos técnicos, as centrais de abastecimento e os circuitos espaciais produtivos hortifrutícolas e levantamento de dados em publicações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além da própria CEAGESP.

Palavras-chave: CEAGESP, Abastecimento, Hortifrutigranjeiros, Circuitos espaciais.



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado para a disciplina: Formação socioespacial, circuito produtivo e regulação híbrida do território, do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que cursamos como aluna especial.

O trabalho foi configurado em um texto sobre os circuitos espaciais produtivos hortifrutícolas, que perpassam a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), isto é, as centrais de abastecimento do oeste de São Paulo como objeto técnico e seus respectivos circuitos espaciais produtivos, o objetivo do trabalho perpassa três unidades da CEAGESP do interior, sendo elas: Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto e seu circuito espacial de produção hortifrutícola, que constituiu objeto de pesquisa do mestrado e deu origem a uma dissertação e integra, atualmente, parte do objeto de pesquisa para a elaboração posterior de uma tese de doutorado.

Foi após a Segunda Guerra Mundial que se deu o advento do meio técnico-científico-informacional, o qual estabeleceu a informatização do território, a conexão entre as atividades agrícolas e o conhecimento científico no Brasil, originando as novas localizações das indústrias, a ampliação agroindustrial, a agricultura científica globalizada e modernização dos transportes, ainda que o meio técnico-científico-informacional só foi instituído em 1970. O surgimento das centrais de abastecimento também ocorreu na década de 1970 no Brasil, mediante a uma iniciativa do governo federal, sua função era facilitar a conexão entre produtor primário e consumidor final e regular os preços dos produtos hortifrutigranjeiros.

O trabalho foi configurado em um texto contendo introdução, metodologia, referencial teórico, resultados e discussão e considerações finais. No referencial teórico é abordado o conceito de espaço utilizado no texto, bem como os elementos que o constitui, como fixos e fluxos, a noção de objeto técnico, o advento do meio técnico-científico-informacional e as inovações derivadas deste; na seção de resultados e discussão foi analisado o surgimento das centrais de abastecimento e sua relação com a agricultura científica globalizada, derivada do meio técnico-científico-informacional; além do conceito de círculo de cooperação e dos circuitos espaciais de produção atrelando ambos às centrais de abastecimento.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi configurado em um texto sobre os circuitos espaciais produtivos, constituindo como objeto técnico as centrais de abastecimento do extremo oeste de São Paulo e seus respectivos circuitos espaciais produtivos, o objetivo do trabalho reside nas unidades da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) do interior e seu circuito espacial de produção hortifrutícola.

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas as teorias de Milton Santos, isto é, o conceito de meio técnico-científico-informacional desenvolvido nas obras de 1986; 1996 e 2006; a teoria dos circuitos espaciais de produção nas obras do mesmo autor em 1986, bem como nas obras de Milton Santos e María Laura Silveira, 2001; também foram utilizados para a discussão dos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação os autores: Raimundo Edson Pinto Botelho e sua dissertação de 2010 e Ricardo Abid Castillo e Samuel Frederico, com a obra de 2010.

Para a discussão de objetos técnicos, bem como sua definição foram utilizadas as obras de Milton Santos, intitulada “A Natureza do Espaço”, de 2006 e Gilbert Simondon com sua obra “El modo de existência de los objetos técnicos”, de 2007.

Para análise, contextualização e discussão sobre o abastecimento foram utilizados a obra de 1979 de Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, a tese de 2014 de Danton Leonel de Camargo Bini e o artigo de 2012 de Viviane Vedana.

Para a discussão sobre as centrais de abastecimento, bem como sua definição e contextualização histórica, foram utilizadas as dissertações de Thiago Augusto Nogueira Queiroz e Larissa Oliveira Dionisio, respectivamente 2014 e 2021.

Também foi realizado levantamento de dados documentais em publicações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além da própria Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O espaço é constituído por fluxos distintos, de níveis variados, podendo ser vagarosos ou ágeis, com maior ou menor eficiência, segundo Santos (1994), o espaço global é constituído por fluxos e objetos, a qual sua escala, tanto material quanto imaterial, é maior, sendo assim estabelecendo provas da uma inovação mais elevada. Será a partir da técnica que se dará a relação do homem com o meio, as técnicas se constituem como recursos sociais que permitirão tanto realizar a vida como criar espaço.

Os fluxos materiais e imateriais vão ganhando mais importância a partir da Primeira Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, integrando elementos fundamentais do processo produtivo, um exemplo são as próprias trocas e intercâmbios que ocorreu entre os lugares, como também o próprio desenvolvimento dos objetos técnicos.

O objeto técnico é parte de um todo, tratando de uma continuidade no tempo e espaço, agregando sua historicidade e transformações ao longo de seu contexto histórico, isto é “o objeto técnico é aquilo que não é anterior ao seu devir, mas está presente em cada etapa desse devir; o objeto técnico é uma unidade de devir” (Simondon, 2007, p. 42, **tradução nossa**). O autor ainda faz menção aos objetos industriais que detém o poder de moldar uma civilização, em contraposição há objetos

técnicos abstratos que promovem a possibilidade para o surgimento de outros objetos, não sendo fundamentalmente essenciais, estando em um sistema de exigências.

Portanto os objetos técnicos podem se dividir, bem como convergir em sua definição, podendo variar entre objetos técnicos abstratos em seu início, se transformando em objetos técnicos industriais, como salienta Simondon (2007), constituindo um sistema unificado e coerente. É necessário destacar que houve e há desigualdade na disseminação das técnicas, “num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas.” (Santos, 2006, p. 25). O autor ainda delimita que os arranjos de sistemas técnicos precisam ser adequados as suas variadas peças que o constituem, do contrário não haveria eficácia no sistema.

No caso do Brasil, é a partir da década de 1960 que as regiões começam a demonstrar as diferenças significativas, o qual o Sudeste se torna mais modernizado, com um processo de urbanização mais saliente; na década de 1980, a região Sudeste se torna preeminente frente às demais, Santo (2005) salienta que a distinção ente as taxas de urbanização é proporcional a divisão do trabalho que se deu nas regiões, isto é, a diferença reside na maneira que foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho. Portanto as inovações materiais e sociais são correspondentes a expansão do processo de desenvolvimento.

No que diz respeito à divisão social do trabalho, de acordo com Arroyo (2012), São Paulo foi de fundamental importância, em razão de promover a ampliação das atividades econômicas, assim como concentrar investimentos públicos e privados, ao passo que tais atividades econômicas aceleravam a construção de sistemas de engenharia, que serviam como base material. As novas relações entre cidade-campo influenciaram o desenvolvimento da metrópole, conforme Santos (2008), através da combinação entre a aglomeração somada as relações cidades e campos e interurbanas herdadas por São Paulo, houve o desenvolvimento desta para metrópole das metrópoles.

A dinâmica entre a região Sul e Sudeste era diferenciada frente às demais regiões, pois, suas redes urbanas eram mais avançadas, demonstravam um processo de aceleração da divisão territorial do trabalho mediante a interação entre as cidades, havia um amplo incentivo para alcançar outro patamar da divisão internacional do trabalho, incorporando a área designada por Santos (2005) como região concentrada.

Com a propagação acelerada de informações, promovida pelo meio técnico-científico-informacional, houve o aumento na produtividade local, é a partir da especialização funcional dos subespaços que decorreu uma tendência a criação mais homóloga do cotidiano, Santos (2006) ressalta que isso se deu através das interdependências que se constituem horizontalmente, no caso das cidades, esta especialização é visível na produção industrial ou de serviços, no campo, algumas áreas se voltaram para a produção de um ou mais produtos agrícolas.



Existem áreas que a produção de um determinado produto é mais rentável, o que fez surgir à necessidade de um intercâmbio maior, de acordo com Santos (2006), isto ampliou a circulação de mercadorias e pessoas entre diferentes estados e regiões, já que a especialização produtiva permitiu que as regiões não precisassem produzir tudo para sua subsistência, isto é,

Antes dessa possibilidade, a maioria das regiões produzia quase tudo de que necessitava para sua reprodução; produzia-se quase tudo em todos os lugares; vivia-se praticamente em autarquias. Hoje, assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas. Por isso crescem não só as grandes cidades, mas também as cidades médias. Quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área (Santos, 1988, p. 57).

A partir da modernização dos transportes, houve uma maior conexão entre os centros de comando, possibilitando que algumas etapas da produção agrícola estivessem dispersas espacialmente, como salienta Silva (2013), a modernização dos transportes foi relevante por propiciar a ramificação espacial da produção hortifrutícola, já que seria decifrada pela ótica da divisão territorial do trabalho, ainda que acrescentasse etapas a qual a produção passa até chegar ao consumidor final, resultando em um acréscimo no valor do produto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CRISES ALIMENTARES E A CRIAÇÃO DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

De acordo com Santos (2006), um objeto técnico pode ser um ou mais elementos artificiais, bem como um ou mais elementos naturais, se for considerado o uso destinados a esses elementos, Simondon (2007) ressalta que é difícil definir a gênese de todos os objetos técnicos, já que sua individualidade se modifica no curso de sua trajetória distinguindo apenas em objeto técnico abstrato e concreto, ainda que para o autor os objetos concretos, por estarem mais afastado da natureza, são mais perfeitos, já que permitem um domínio humano mais eficiente sobre estes, constituindo-se mais perfeito do que a própria natureza, todavia “cada vez que o objeto está inserido num conjunto de objetos e que a sua operação se inclui num conjunto de operações - tudo isso formando sistema - a hipertelia do objeto técnico concreto se torna condicionada” (Santos, 2006, p 23), do mesmo modo os objetos técnicos devem ser estudados em conjunto com seu entorno, já que o espaço é formado por objetos, entretanto é o espaço que determina e organiza os objetos, isto é,

É o espaço que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contiguidade obriga a agir em conjunto e solidariamente. Essa discussão deve ser aproximada da ideia de Simondon de *naturalização do objeto concreto*, isto é, sua completa imissão no meio que o acolheu, o que ele chama de processo de adaptação-concretização. É dessa forma que se cria o que ele vai chamar de meio tecnogeográfico. Esse meio tecnogeográfico só é possível, ao seu ver, em virtude da inteligência do homem e sempre sugere a presença de uma função inventiva de antecipação. Essa antecipação não se encontra, diz ele, na natureza, nem nos objetos técnicos já constituídos (1958, 1989, p. 56).



Na realidade, não se trataria, segundo Simondon, de uma simples adição do meio técnico ao meio natural, mas da produção de outra coisa, de tal maneira que o objeto técnico aparece como condição de existência de um meio misto, que é técnico e geográfico ao mesmo tempo, (p. 55). E a isso que Simondon vai chamar de *meio associado*. Essa proposta de Simondon deveria ajudar-nos na construção de uma noção adequada de meio geográfico, antes como meio técnico e já agora como meio técnico-científico-informacional. (Santos, 2006, p 24).

O meio técnico-científico-informacional foi responsável pela informatização do território, por intermédio de investimentos em infraestrutura, Santos (2005) salienta que é neste período que as informações se ampliam se tornando instantâneas, os objetos passam a ser dotados de conteúdo informacional e o espaço ganha uma fluidez em razão da integração do território, o que culmina na produção ganhando mobilidade. É a partir do meio técnico-científico-informacional que os círculos de cooperação terão uma ação mais vasta, de acordo com Santos e Silveira (2006), os círculos de cooperação são incorporados em escalas geográficas mais amplas, com um grau de complexidade mais vasto, resultando em fluxos mais seletivos e intensos, mas é a circulação que regula a produção.

No entanto, até os anos de 1960, as crises alimentares eram freqüentes, ainda que houvesse tido um processo de industrialização e urbanização acentuado na década de 1950, isto apenas culminou no agravamento dessas crises. No Brasil, houve três grandes crises que resultaram na adoção de medidas pelo Estado, visando sua reestruturação, foram elas: as crises de 1910, 1937 e 1962.

A primeira crise em 1910 foi resultado de obstáculos na circulação em fazer o transporte de alimentos para grandes centros urbanos, Queiroz (2014) salienta que como medida adotada para a superação desta crise houve o surgimento do Comissariado de Alimentação Pública em 1918, que se tornou Superintendência de Abastecimento, além da prática de políticas de preços mínimos.

Houve redução do tempo e dos custos propiciada pela modernização dos transportes de mercadorias e pessoas, resultando também na produção, visto que uma área não precisaria mais produzir tudo para sua manutenção e subsistência como supracitado, Harvey (2004) ressalta que isto proporcionaria ajustes tanto de produção como de consumo, ainda que, como salienta Santos (1988), a redução do tempo e dos custos dos transportes não provocaram aumento na qualidade, tampouco diversidade e quantidade.

A segunda crise, que ocorreu em 1937, foi decorrente da crise econômica de 1929 que afetou diversos setores globais, segundo Linhares e Silva (1979), a medida adotada pelo governo federal foi o advento da Comissão Reguladora de Tabelamento, o qual sua função era analisar os mercados alimentícios, bem como seus preços, fiscalizando qualidade e quantidade da produção.

A terceira crise do sistema alimentar ocorreu em 1962, também resultado da circulação, diferindo da primeira não mais pelo problema do transporte, mas pelo obstáculo dos produtos chegarem aos consumidores. Deve ser ressaltado que a partir da década de 1970, houve um avanço significativo da ciência e da técnica, como evidencia Santos (2005), esse avanço se deu no processo de integração do território, marcando o estabelecimento do período técnico-científico-informacional

na remodelação do território, já que o território seria utilizado para facilitar a circulação, bem como a informação seria agente impulsionador do processo social.

Assim sendo, com as crises alimentares, o governo federal pretendia instituir uma nova organização para facilitar a comercialização de produtos hortifrutícolas, no final da década de 1960, por meio da implantação de plataformas logísticas de comercialização foi instituída a Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA), todavia apenas da década de 1970 que o modelo passou a ser implementado em larga escala. O advento do meio técnico-científico-informacional e a difusão mais rápida das informações permitiu um aumento na produtividade local, resultando também na especialização de áreas, portanto as regiões já não precisariam mais produzir tudo para a própria subsistência.

Linhares e Silva (1979) apontam o surgimento da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) nas décadas de 1960 e 1970. Conforme Hespanhol (2010), a intervenção do Estado foi imprescindível para países subdesenvolvidos após 1945, com o fim da II Guerra Mundial, entretanto o objetivo não era oferecer serviços públicos básicos para a população, mas sim favorecer o processo de expansão econômica, encerrada no início de 1970, com o surgimento da crise do Petróleo. Queiroz (2014) ressalta que a crise alimentar foi intensificada pela crise do Petróleo que teve impacto global em 1973.

Conforme Linhares e Silva (1979), a terceira crise de abastecimento resultou na criação das centrais de abastecimento no decorrer dos anos 1970. Silveira (2010) salienta que a técnica informacional promoveu a constituição de um sistema técnico com tendência à unicidade, além de propiciar a circulação de informações inerentes a forma de trabalhar, possibilitando a movimentação de dinheiro especulativo em grandes quantidades.

Como supracitado, no final da década de 1960, o governo federal visando regular e organizar a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, por meio de plataformas logísticas de comercialização, criaram a Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA), no entanto sua implementação em larga escala só se deu na década de 1970. Já a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) surgiu da fusão entre a Central Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP) no ano de 1969, as duas empresas eram estatais e paulistas, o objetivo de ambas era armazenar grãos e comercializar produtos hortifrutigranjeiros.

Nos anos 1990, ocorreram às privatizações e a redução da presença do governo federal, as CEASAs passaram a ser de responsabilidade dos estados e municípios, permanecendo assim até os dias atuais. As exceções foram a CEAGESP, no estado de São Paulo e a CeesaMinas, no estado de Minas Gerais, que continuam federalizadas.

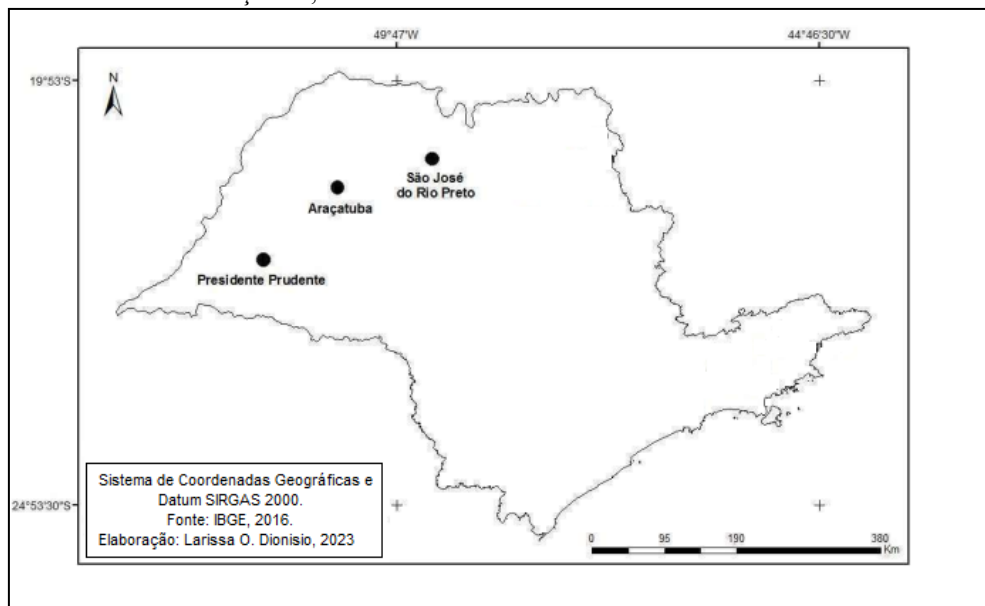


As centrais de abastecimento tinham como objetivo promover a comercialização direta entre produtores primários e consumidores finais, contudo, conforme Vedana (2012), tanto em São Paulo como Rio de Janeiro, parte significativa da comercialização é feita por atravessadores, Santos (2008) salienta que os intermediários, donos de caminhão ou atacadistas, fazem a conexão entre demanda e oferta, que não ocorria no mesmo tempo que a quantidade, nem qualidade, quanto mais com o tempo, isso os colocava em uma posição privilegiada e estratégica, resultando na especulação, já que eram os únicos a dispor de crédito bancário.

Atualmente a principal função das centrais de abastecimento, segundo a CEAGESP (2022), é propiciar uma infraestrutura para que agroindústrias, atacadistas, cooperativas, exportadores, importadores, produtores rurais e varejistas possam desenvolver suas atividades com serviços qualificados, eficiência e segurança. Ainda é importante destacar que a CEAGESP possui a maior rede pública de armazéns e silos, utilizados para o depósito e conservação de produtos agrícolas, além de graneleiros, que são locais de armazenamento de mercadorias a granel.

As CEASAs são importantes para regulação do abastecimento, já que são responsáveis pela comercialização de grande parte dos produtos hortícolas, conforme Dionisio (2021), em cidades do extremo oeste do estado de São Paulo, como São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba, conforme Mapa 1, as centrais de abastecimento abastecem as feiras significativamente, bem como alguns mercados de bairros e supermercados, sendo também suporte de alguns hipermercados quando falta algum produto hortícola no estoque, como é o caso de Presidente Prudente, Firetti *et al.* (2011) ressalta que as centrais de abastecimento são responsáveis por abastecerem cozinhas industriais, supermercados, hotéis, penitenciárias e etc.; já Bengozi (2007) afirma que as centrais de abastecimento também fazem a manutenção na estabilidade das quantidades comercializadas, constituindo-se como importante regulador.

Mapa 1 – Unidades de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto no estado de São Paulo.



Fonte: IBGE (2016).

No caso brasileiro, o Estado foi de fundamental importância no processo de desenvolvimento econômico, de acordo com Lima e Simões (2010), as atividades desenvolvidas entre 1950 e 1980 tiveram intervenção estatal fortíssima,

O aparelhamento dos portos, a construção de estradas de ferro e as novas formas de participação do país na fase industrial do modo de produção capitalista permitiram às cidades beneficiárias aumentar seu comando sobre o espaço regional, enquanto a navegação, muito mais importante para o exterior, apenas ensejava um mínimo de contatos entre as diversas capitais regionais, assim como entre os portos de importância. Rompia-se, desse modo, a regência do tempo "natural" para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora. Este se encarnava nos portos, nas ferrovias, no telégrafo e na produção mecanizada (Santos; Silveira, 2006, p. 37).

As centrais de abastecimento também permitem maior fluidez na distribuição e circulação de mercadorias, promovendo a integração do território, fazendo com que o território ganhe uma nova perspectiva partindo da fluidez, conforme Santos e Silveira (2006), em razão da possibilidade da produção mais ampla e da circulação de insumos, o território impõe novos comportamentos, bem como recebe novos conteúdos, à medida que as informações e as finanças se tornam imprescindíveis no espaço de um país, se constituindo como suporte em todos os segmentos do território passando a se igualar ao mercado.

4.2 CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO

Com o desenvolvimento, principalmente e fundamentalmente, dos transportes e comunicações, os fluxos materiais e informacionais foram ampliados, segundo Castillo e Frederico (2010), foi a partir

desse aumento dos fluxos que ocorreu gradativamente o distanciamento entre os locais de produção e consumo, reconduzindo diferentes etapas da produção em diferentes lugares.

Através do intercâmbio desses fluxos de objetos decorreu a formação de circuitos produtivos, que antes se constituíam como regionais, com a ampliação da demanda desses fluxos, os circuitos regionais, limitados espacialmente, não instituíam um suporte assistencial entre os círculos de cooperação e os circuitos de produção, por conseguinte, resultando em isolamento, assim sucedendo na substituição por circuitos espaciais. De acordo com Joly (2007), a mais valia ocorreu através da circulação, garantindo seletividade espacial, o que, por sua vez, se desdobrou na diminuição crescente da importância dos circuitos regionais, culminando no surgimento e ampliação dos circuitos espaciais.

Um dos fatores que possibilitou a substituição dos circuitos regionais pelos circuitos espaciais foi a limitação do primeiro no que diz respeito ao conteúdo científico em seu processo de produção, Botelho (2010) ressalta que tanto a fluidez do escoamento quanto o comando e as informações foram insatisfatórios, o que acabou restringindo a produção a escala local e de forma horizontal, voltando-se apenas ao comércio.

Outro fato essencial foi a globalização, já que influenciou e ampliou os circuitos espaciais produtivos, bem como os círculos de cooperação, de acordo com Elias e Pequeno (2007), as relações cidade-campo se tornaram mais complexas proporcionalmente a globalização, ou seja, quanto mais globalizado mais heterogêneo as relações, portanto ocorreu um novo arranjo do sistema urbano, resultando em uma nova articulação do território. Com o aumento do número de cidades médias e pequenas, lugares fundamentais para a proliferação do agronegócio globalizados, houve a expansão das chamadas “cidade do agronegócio” que resultou em exclusão social e desigualdade socioespacial.

Através da substituição dos circuitos regionais pelos circuitos espaciais houve um maior entrelaçamento entre diferentes regiões, Santos e Silveira (2006) salientam que esse entrelaçamento acarretou na articulação dos processos produtivos. Ainda que também fomentasse uma divisão territorial do trabalho mais divergente, fundamental para o surgimento de novas formas de cooperação e de controle sobre as escalas.

É a partir da existência dos círculos de cooperação que se originou a especialização produtiva, conforme Antas Jr. (2014), as firmas industriais conseguiram superar a dependência das demandas locais e regionais, ou seja, a especialização produtiva depende dos chamados círculos de cooperação, já que sua formação

[...] pertence à própria lógica de produção capitalista, e eles são frequentemente identificados às instituições públicas (estatais ou autarquias) e privadas na criação de contextos espaciais que estimulem a cooperação entre diferentes agentes produtivos. Aqui advogamos que, além dessas duas figuras jurídicas, também as organizações de determinados grupos sociais acabam por estimular a produção, ao reivindicar certos direitos. Ainda que seja secundário em suas lutas, esse efeito sobre a expansão da cooperação não pode ser ignorado, dada a importância estratégica que assume no período atual, sobretudo pelo volume de produção que engendra (Antas Jr., 2014, p. 39).

É fato que a circulação é fundamental no processo de produção, de modo que, segundo Catillo e Frederico (2010), o elemento indispensável para analisar os fluxos dos circuitos produtivos é a logística, em razão de assimilar as diferentes etapas do processo produtivo, abarcando escalas desde o local ao mundial, a passo que cada lugar contém diferentes etapas dos circuitos espaciais de produção, o que propicia a identificação da hierarquia entre os lugares, bem como sua temporalidade. Os circuitos espaciais de produção ainda têm influência na redução do tempo, ainda que, como ressalta Joly (2007), diferentes modos de percorrer distância não são proporcionais à redução do tempo necessária, todavia o acesso aos modos de percorrer distância é restrito, demonstrando um tipo de hierarquia organizado através dos usos desses sistemas.

A especialização produtiva propiciou diferentes circuitos espaciais com graus divergentes de produção. Bini (2014) destaca que os produtos organizados a partir dos circuitos espaciais mais modernos são majoritariamente direcionados ao mercado internacional ou para mercados mais elitizados de regiões metropolitanas, à medida que os produtos cujos circuitos espaciais não são tão modernos podem ser captados por outros mercados antes de comercializados na região produtora, o que eleva o preço e dificulta o acesso da população de menor renda aos produtos.

O meio técnico-científico-informacional promoveu a incorporação dos círculos de cooperação em uma escala geográfica maior, Santos e Silveira (2006) salientam que meio técnico-científico-informacional aumentou a complexidade dos círculos de cooperação, que passaram a comandar a produção, tornando os fluxos mais seletivos e com a intensidade em um maior grau. Os circuitos espaciais produtivos, bem com dos círculos de cooperação, facilitaram a análise da hierarquia dos lugares em distintas escalas, desde regionais até mundiais.

Conforme Catillo e Frederico (2010), tanto o círculo de cooperação quando os circuitos espaciais produtivos permitem a compreensão da interdependência dos espaços produtivos, bem como o entendimento da circularidade e unicidade do movimento, distinguindo as fases de produção, promovendo, por conseguinte, sua compreensão, enquanto os circuitos espaciais de produção estão pautados no conceito de centralidade da circulação e na relação espacial das distintas etapas da produção, os círculos de cooperação se embasam na relação entre agentes e lugares através dos fluxos de informações, constituindo elementos fundamentais na conexão das diferentes etapas do processo produtivo que são separadas e distribuídas espacialmente, organizando variados agentes e lugares que integram os circuitos espaciais produtivos.

Os dois autores ainda esmiúçam os dois conceitos, fazendo sua diferenciação como: os círculos de cooperação são embasados na comunicação, ou seja, demonstrada por fluxos imateriais, que propicia a organização tanto dos lugares, como dos agentes distribuídos geograficamente; já os circuitos espaciais de produção têm como particularidade os fluxos de matérias disseminados em

instâncias com movimentos contínuos, isto é, produção, distribuição, troca e consumo, e com diferenciação geográfica.

Catillo e Frederico (2010) ainda mencionam que é através dos círculos de cooperação que há a superação do território, constituído por agentes financeiros e empresas internacionais, sendo essencial uma logística eficaz, visto a ampliação dos circuitos espaciais de produção, ao passo que há um vasto agrupamento de regiões e agentes integrado nos circuitos espaciais, sendo crucial o estabelecimento de normas que facilite e sistematize a circulação de mercadorias, Bini (2014) salienta que esta vastidão pode trazer desvantagens, de modo que os circuitos mais amplos apresentam etapas, muitas vezes desnecessárias, que acarretarão em gastos maiores de tempo e espaço, causando um aumento no preço final de um produto.

A premissa acima pode ser analisada no caso de São Paulo, já que muitos produtos hortícolas passam pela unidade da CEAGESP de São Paulo antes de serem remanejados para os entrepostos do interior, ainda que sua origem sejam os próprios municípios do interior, demonstrando uma dupla circulação ilógica, do mesmo modo que, segundo Castillo e Frederico (2010), há uma hierarquia nos circuitos espaciais produtivos o qual quem comanda a circulação e cria um movimento de produção são os verdadeiros detentores do poder.

A CEAGESP organiza e participa dos circuitos espaciais de produção, à medida que sua função é facilitar o acesso a produtos hortifrutigranjeiros, por conseguinte estabelecendo uma conexão entre consumidores e produtores, segundo Santos e Silveira (2006), a CEAGESP regula a circulação de mercadorias através da emissão de *warrants*¹ e do tempo de estocagem, o que interfere diretamente nos circuitos espaciais de produção e nos círculo de cooperação.

A integração de um mercado em um território é imprescindível, conforme Santos e Silveira (2006), isto garantiria a frequência das produções tanto industriais quando agrícolas, portanto é através de um território que se efetiva os circuitos de distribuição e do consumo, como exemplo, os dois autores utilizam o caso das centrais de abastecimento, CEASA, que estavam espalhadas por vinte estados da Federação, na década de 1970, segundo dados da CONAB (2017), atualmente as centrais de abastecimento agora estão distribuídas em vinte e sete estados da Federação.

Além de constituir um agente do circuito espacial de produção hortifrutícola, as centrais de abastecimento também são responsáveis por intermediar a relação com os dois circuitos da economia urbana. De acordo com Dionisio (2021), as centrais de abastecimento compõem parte do processo de circulação, resultando na integração entre os dois circuitos da economia urbana. Sposito (1999) define que do circuito superior fazem parte atividades que usufruem de tecnologias mais avançadas e um capital mais abundante, tal qual a estocagem de produtos e a força de trabalho; conforme Santos (2008),

¹ “Títulos de Créditos Especiais que possibilitam o financiamento dos estoques dos produtos armazenados” (CEAGESP, 2021).

já o circuito inferior possui atividades mais simples, como a fabricação tradicional, prestação de serviços, o artesanato e o transporte tradicional.

A CEAGESP tanto de Araçatuba, quanto de Presidente Prudente e São José do Rio Preto são imprescindíveis para o abastecimento do circuito inferior da economia urbana, conforme Dionisio (2021), o circuito inferior compreende as feiras e pequenos mercados como agentes integrantes deste circuito, o estudo demonstrou absoluta dependência das unidades da CEAGESP do interior por atividades que integram o circuito inferior, nos três municípios estudados. Já o circuito superior compreenderia os supermercados e hipermercados, que não possuem tanta dependência desses entrepostos, utilizando eventualmente quando falta algo no estoque.

A distribuição tem participação relevante ao se fazer à análise do processo de produção, Marx (2008) ressalta que a distribuição está integrada entre produto e produtor em razão das leis sociais, não sendo um processo inerte, ao passo que através da circulação e distribuição decorre o surgimento dos circuitos, ainda que a produção reproduza o consumo, fazendo parte do processo produtivo. Portanto, as centrais de abastecimento são parte dos circuitos espaciais de produção hortifrutícola, já que são utilizadas para a distribuição dos produtos hortifrutigranjeiros provenientes de diversas regiões, como também estabelece a relação entre consumidores finais e produtores primários de alimentos, bem como seus respectivos distribuidores. Através da compreensão da integração entre os circuitos espaciais produtivos e a teoria dos dois circuitos é possível esmiuçar as implicações sociais geradas na circulação, distribuição e comércio que um determinado produto obtém, ao passo que isso resulta em uma estruturação diferenciada do espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As centrais de abastecimento foram criadas nas décadas de 1960 e 1970, em resposta as crises alimentares que ocorriam no século XX, sua finalidade era solucionar os problemas de distribuição e facilitar o acesso aos produtos hortifrutícolas, bem como facilitar a circulação. Com o passar do tempo, tais centrais foram se reestruturando, se tornando importantes para o abastecimento de capitais brasileiras.

Sua função atualmente é acelerar ou reduzir os fluxos de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, que passam por agentes que integram o circuito espacial de produção, como o produtor primário, o atravessador ou intermediário, a própria central de abastecimento, os mercados, supermercados, feiras e outros estabelecimentos até o consumidor final. Isso reduz as possíveis crises do abastecimento alimentar e problemas da circulação, ainda que promovam um preço mais elevado da produção hortifruitgranjeira, a qual a mais valia não fica com o produtor e o preço elevado é desvantajoso aos consumidores finais.



A CEAGESP integra distintos agentes e variados circuitos espaciais de produção em diferentes escalas, circulando entre local, regional e até nacional; as escalas locais são mais expressivas nas unidades do interior, visto que o fluxo nas próprias regiões é maior do que com outras. Além disso, as centrais de abastecimento possuem ampla influência na definição de preços, lançando mensalmente o Índice de Preços CEAGESP que nada mais é do que um registro da variação dos valores praticados no setor de frutas, legumes, verduras, pescados e diversos (como alho, batata, ovos, dentre outros) no atacado.

Nos entrepostos do interior, as centrais de abastecimento mantêm uma relação hierárquica com o circuito inferior, como as feiras e os mercados de bairros, atividades mais simples que possuem dependência absoluta dos entrepostos, possibilitando aos comerciantes um acesso mais fácil aos produtos hortifrutigranjeiros, fundamental para repor os estoques, além de definir os preços que serão praticados nesses circuitos, contando também com uma distribuição geográfica que promove à logística e amplia o acesso do consumidor final, ainda que também fortaleça a presença do atravessador, ao determinar quantidades mínimas a serem comercializadas no entreposto, adicionando mais uma etapa no circuito espacial produtivo, influenciando um preço mais elevado a produção.

Portanto, as centrais de abastecimento fazem parte do círculo de cooperação e configuram agentes do circuito espacial produtivo hortifrutícola, em razão de facilitarem o acesso a produtos hortifrutícolas, bem como regular o preço desses produtos e sistematizar a circulação, além de integrar os dois circuitos da economia urbana.



REFERÊNCIAS

ANTAS JR., R. M. O complexo industrial da saúde no Brasil: uma abordagem a partir dos conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação no espaço. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 32, p. 38-67, 2014.

ARROYO, M. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v.2, n. 1, 2012, p. 7-26.

BENGOZI, F. J. Análise do mercado de abacaxi comercializado na CEAGESP – São Paulo. *Revista brasileira de fruticultura*. Jaboticabal, v. 20, n. 3, 2007, p. 494-499.

BINI, D. L. C. *Da formação socioespacial à diferenciação dos circuitos espaciais agropecuários na região de Araçatuba (SP)*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOTELHO, R. E. P. *O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico-informacional*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474. 2010.

CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. Disponível em: <<http://www.ceagesp.gov.br/atacado/rede/prudente>> Acesso em: 4 de set. 2022.

CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. Carta de Serviço ao cidadão. [S.I.] [2021]. Disponível em: < <https://ceagesp.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/carta-de-servico>> Acesso em: 16 de out. 2023.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: < <https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort/ceasas>> Acesso em: 26 de mai. de 2022.

DIONISIO, L. O. *O Papel da CEAGESP na comercialização de Produtos Hortifrutigranjeiros no oeste do estado de São Paulo*. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2021.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades Socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n.1, p. 25-39. 2007.

FIRETTI, R. *et al.* Participação de organizações sociais na gestão de entrepostos de abastecimento: o caso da Ceasa/PR em Londrina. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 41, n.4, 2011, p. 64-72.

HARVEY, D. A globalização contemporânea. In: *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 79 – 103.

HESPANHOL, A. N. As incorporações da perspectiva do desenvolvimento territorial nas políticas públicas brasileiras: avanços e limites. In: CUNHA, L.; PASSOS, M. M.; JACINTO, R. (Orgs.) *As novas geografias dos países de língua portuguesa: paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Outras Expressões, 2010, p. 307-322.



JOLY, C. *Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis – BA*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do BRASIL. *Revista de desenvolvimento econômico*. Ano XII, n. 21, Jul, 2010, Salvador – BA. p. 5-19.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagri, 1979, 240 p.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 285 p.

QUEIROZ, T. A. N. de. *A CEASA-RN e os circuitos da economia urbana: a circulação de hortifrutigranjeiros em Natal-RN*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2014.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988, 124 p.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994, 190 p.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5ª Ed., 1ª reimpr, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 176 p. (Coleção Milton Santos 6).

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª Ed., 2reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 259 p. (Coleção Milton Santos: 1)

SANTOS, M. *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Trad. Myrna T. Rego Viana. 2ª Ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 440 p. (Coleção Milton Santos4) (Primeira Edição, 1979).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, 473 p.

SILVA, S. C. A reorganização do circuito espacial da produção do vestuário no Brasil. *Espaço e Economia*, 2013. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37325> > Acesso em: 19 de Mai. 2022.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16. , 2010, Porto Alegre, *Anais [...]* Porto Alegre: ENG, p. 1-11.

SIMONDON, G. *El modo de existência de los objetos técnicos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007. p. 09-102.

SPOSITO, E. S. A teoria dos dois circuitos da economia urbana: seu esquecimento ou sua superação?. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 21, p. 43-51, 1999.

VEDANA, V. Trabalho e abastecimento urbano: pesquisa etnográfica sobre o trabalho no comércio de alimentos na CEASA/RS In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36. , 2012, Águas de Lindóia,



Anais [...] Águas de Lindóia: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012, p. 1-20.